

Rodovias Integradas do Oeste S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2012 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, bem como sumário do trabalho que a Rodovias Integradas do Oeste S.A. - CCR SPVias vem desenvolvendo em busca do aprimoramento do relacionamento com seus usuários, comunidades lindeiras, Poder Concedente e demais públicos interessados e da superação dos limites e da qualidade dos serviços prestados.

1. Mensagem à Sociedade

A SPVias iniciou suas atividades operacionais em 10 de fevereiro de 2000 e passou a integrar o Grupo CCR a partir do ano de 2010. A CCR SPVias administra 516 quilômetros de rodovias que compõem o Lote 20 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, por onde trafegam diariamente mais de 74,5 mil veículos, compreendendo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Mellão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258).

A operação das rodovias, oferece conforto, fluidez e segurança aos usuários, beneficiando ainda uma população lindeira de aproximadamente 820 mil habitantes. Estas rodovias constituem a principal ligação entre a capital e a região sudoeste do Estado de São Paulo, além dos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

A CCR SPVias desenvolve também programas sócio-culturais e ambientais, que são alinhados às iniciativas do Grupo CCR e beneficiam usuários e as comunidades da região abrangida pelo lote da Concessionária. São projetos de educação para o trânsito, qualidade de vida para os motoristas e pedestres, e diversos outros que valorizam, sobretudo, a cidadania e preservação da vida.

2. Dados Econômicos

Volume de tráfego em comparação com igual exercício anterior V_{eq}^1

Em unid. ²	2012	2011	Var.%
Veículos Equivalentes	58.259.986	54.883.367	6,15
Veículos Leves (Eq)	18.876.914	17.704.762	6,62
Veículos Pesados (Eq)	39.383.072	37.178.605	5,93

1- Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2- Nas praças em que a cobrança de pedágio é unidirecional, os volumes de tráfego foram dobrados para se ajustar àquelas que já adotam a cobrança bidirecional. Esse procedimento é baseado no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+6,2%)

O tráfego de veículos equivalentes na CCR SPVias registrou em 2012 um crescimento de 6,2% em comparação com 2011, destacando-se o crescimento nas regiões de Avaré, Itapetininga, Capão Bonito e Itararé.

Veículos de Passeio (+6,6%)

Em 2012, o crescimento dos veículos de passeio na CCR SPVias foi de 6,6% sobre o ano anterior. Esse aumento no tráfego é significativo e resultante da ocorrência de cinco feriados prolongados a mais que em 2011.

Veículos Comerciais (+5,9%)

O tráfego de veículos comerciais apresentou, em 2012, um crescimento de 5,9% sobre o ano anterior. Com destaques positivos para o transporte de madeira e cana-de-açúcar, que possuem polos geradores em nosso trecho, abastecendo fábricas de celulose e usinas de açúcar e etanol, além destes fatos, o ano de 2012 apresentou safra recorde de milho e soja, resultando em um considerável aumento no transporte destes produtos.

Receita Bruta

Receita Bruta [R\$ mil]	2012	2011	Var.%
Receita de Pedágio	461.314	405.972	13,6
Receitas Acessórias	2.724	2.444	11,5
Receita de Construção	60.628	16.661	263,9
Receita Bruta Total	524.666	425.077	23,4

Receita Líquida

A receita líquida cresceu 24,3% em 2012 quando comparada ao ano de 2011, atingindo o valor de R\$484,5 milhões, como resultado do crescimento de tráfego do sistema, bem como do reajuste das tarifas básicas de pedágio.

As deduções sobre a receita operacional bruta aumentaram em 13,3%, alcançando o valor de R\$40 milhões, impactadas principalmente pelo crescimento de 13,6% nas receitas operacionais. Os tributos incidentes são: ISS, cuja alíquota varia de um município para o outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta; PIS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 0,65% de todas as receitas; e COFINS, cuja alíquota praticada atualmente, equivale a 3%.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados é composto por:

- Depreciação e amortização, que são computadas com base na vida útil dos investimentos nas rodovias, limitadas ao prazo da concessão;
- Custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia, classificado como “intangível”;

- Provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão;
- Custos da outorga pagos ao Poder Concedente, que incluem somente valores variáveis, equivalentes a 3% da receita bruta mensal de pedágio e 25% da receita bruta mensal acessória;
- Outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à administração. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

Endividamento

No ano de 2012, a companhia, visando reduzir o custo de sua dívida, emitiu R\$400 milhões de reais em debêntures não conversíveis a 109,3% do CDI, com a finalidade de substituir dívidas já existentes e de custo mais elevado, cuja taxa era de 116,5% do CDI.

Composição da Dívida [R\$ MM]	Index.	Custo Médio	Dez/12	%
Financiamentos - BNDES	TJLP	TJLP + 5,5% a.a. ; TJLP + 2,8% a.a., e UMBNDES + 5,5% a.a.	51	4
Finame	Vários	De 4 - 13% a.a.	0,5	0
Leasing	Vários	Vários	0,69	0,1
Debêntures - Série única	CDI	116,5% e 109,3% do CDI	1.245	95,9
Total			1.297	100,0

3. Reajustes de Tarifa de Pedágio

Conforme Contrato de Concessão nº 010/CR/2000 assinado entre o Estado de São Paulo e a Rodovias Integradas do Oeste S/A - CCR SPVias (cláusula 27), a Companhia reajustou em 4,26%, no mês de Julho de 2012, as tarifas básicas de pedágio em todo o sistema, uma variação de -5,51 p.p. em relação ao reajuste do ano anterior.

Para 2013, as expectativas atuais de mercado apontam para crescimento de 3,93% do PIB, IGP-M de 4,42%, IPCA de 4,96%, e taxa de câmbio de R\$2,04 para cada dólar americano.

4. Riscos de Mercado

Nossas operações estão localizadas no Brasil e, portanto, as condições econômicas e políticas brasileiras podem afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- Aumento na taxa de inflação;
- CDI, relativa a emissões de debêntures;
- TJLP, relativa a financiamentos na modalidade FINAME;
- CDI, relativo a empréstimos locais em reais;
- Políticas e variações cambiais;
- Ausência de crescimento econômico interno;
- Instabilidade social;
- Diminuição de liquidez dos mercados domésticos de capital e de empréstimo;
- Política monetária;
- Aumento nas taxas de juros;
- Instabilidade de preços, especialmente preço de combustíveis;
- Controles sobre importação e exportação;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária;
- Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Ademais, temos os seguintes pontos de atenção, como risco de crédito, isto é, decorrente da possibilidade da Companhia, sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, bem como o risco de estrutura de capital (ou risco financeiro), decorrente da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia fizer para financiar suas operações.

5. Projetos socioculturais

O relacionamento da CCR SPVias com seus diferentes públicos é reforçado por uma série de ações sócio-culturais, cujo objetivo é contribuir para a melhoria das condições de vida dos cidadãos de uma forma geral e, em especial, para o desenvolvimento dos municípios limieiros, com reflexo direto em seus habitantes.

- Projeto SP Criança “Cuidando da Segurança no Trânsito” - Ensinar e educar são importantes tarefas na formação de um cidadão consciente. O projeto SP Criança tem como objetivo levar a conscientização e dicas informativas de trânsito para as crianças, reunindo uma série de atividades voltadas à educação no trânsito, tais como jogos, gincanas e palestras. O projeto é desenvolvido em parceria com os municípios limieiros e alinhado com os programas educacionais da Secretaria de Educação;
- Rota da Saúde - Tem como objetivo realizar o treinamento de profissionais da área da saúde dos municípios da malha viária da concessionária, visando à capacitação e preparação da rede hospitalar de retaguarda para dar continuidade aos primeiros socorros e às equipes de emergência. Foram realizados seis treinamentos ao longo de 2012;

- Cine Tela Brasil - O projeto Cine Tela Brasil foi criado em 2004 pelos cineastas Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi e tem como objetivo levar cultura a um público que nem sempre tem acesso a atrações de qualidade. O programa já levou sessões de filmes brasileiros para mais de 350 cidades do interior do país, ultrapassando a marca de 788 mil espectadores. A estrutura móvel conta com 225 cadeiras acolchoadas, ar-condicionado, projeção cinematográfica 35 mm, som estéreo *surround* e tela de 21 m². Em 2012, a CCR SPVias levou o projeto para 15.000 espectadores das cidades de Tatuí, Avaré, Itapeva, Capela do Alto e Cesário Lange;
- Projeto Sacolona - A CCR SPVias acredita e investe na criatividade e nas iniciativas regionais, ainda mais quando se trata de uma ideia amiga da natureza e da sociedade. No ano de 2012 a CCR SPVias, em parceria com a APROARTES (Associação de Costureiras de Capela do Alto), inicia o Projeto Sacolona, que visa ajudar o meio ambiente, reciclando materiais, criando produtos ecologicamente corretos e gerando empregos e renda na região de sua atuação;
- Programa Estrada para Cidadania - O programa visa à redução de acidentes e vítimas do trânsito, por meio de orientação para a formação de pedestres e novos motoristas mais conscientes. O Programa Estrada para a Cidadania conta com material didático exclusivo e leva em consideração a transversalidade das matérias, ou seja, busca inserir a Educação para o Trânsito e Meio Ambiente em diversas disciplinas. O conteúdo é constantemente atualizado, de acordo com a evolução da linguagem, das leis de trânsito, dos conceitos de meio ambiente e das dicas de cidadania.

Na CCR SPVias, em 2012 o Estrada para a Cidadania atendeu 4.600 alunos e capacitou 280 professores das cidades de Capão Bonito, Itatinga, Alambari, Capela do Alto, Cesário Lange, Quadra e Sarapuí.

6. Recursos humanos / geração de empregos

Atendendo uma das diretrizes do Grupo CCR, valorizar a mão de obra regional, a CCR SPVias tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades lindeiras às rodovias Castello Branco, Antônio Romano Schincariol, Francisco da Silva Pontes, João Mellão, Francisco Alves Negrão e Raposo Tavares, dentro de sua malha viária.

Atualmente, a Companhia gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 671 empregos diretos e aproximadamente 942 indiretos, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico dos 26 municípios lindeiros.

Preocupada com a capacitação de seus colaboradores para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, investe no desenvolvimento de sua equipe, proporcionando convênios com entidades de ensino universitário e treinamentos diversos.

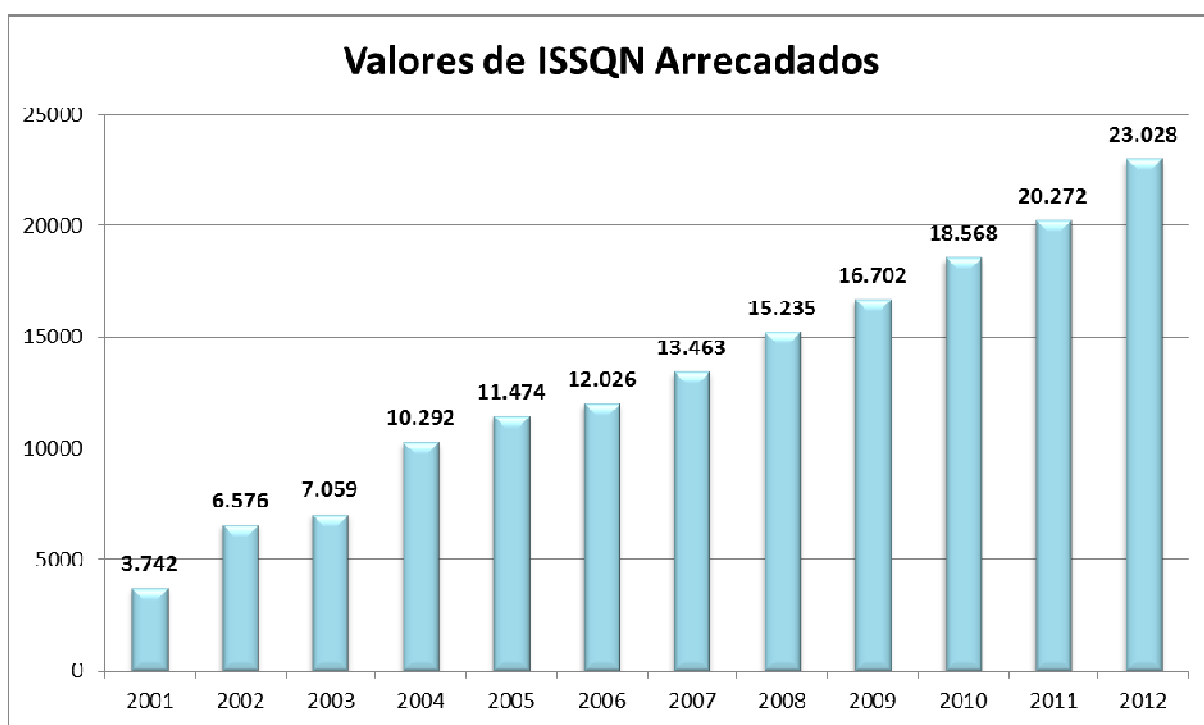
Dentre os treinamentos realizados, destacamos o Projeto Aprimorando - módulo Ciclo da Prestação de Serviços - e o Programa de Desenvolvimento de Lideranças, além de treinamentos operacionais e de segurança para os profissionais da área de arrecadação, tráfego e atendimento pré-hospitalar.

7. Desenvolvimento regional

ISSQN repassado aos municípios

Em 2012, a CCR SPVias recolheu aproximadamente R\$23 milhões em ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) aos cofres dos 26 municípios que fazem parte da malha rodoviária que administra: Águas de Santa Bárbara, Alambari, Araçoiaba da Serra, Avaré, Bofete, Buri, Capão Bonito, Capela do Alto, Cerqueira Cesar, Cesário Lange, Iaras, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Itatinga, Pardinho, Porangaba, Quadra, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Santa Cruz do Rio Pardo, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, que, juntos, somam aproximadamente 820 mil habitantes, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social. O gráfico a seguir demonstra os valores recolhidos pela CCR SPVias:

ISSQN - Repassado aos municípios 2001-2012 (valores expressos em R\$ mil)



8. Meio ambiente

A fim de preservar o meio ambiente e consequentemente a qualidade de vida dos usuários e das comunidades, a CCR SPVias promove diversas ações ambientais, indo além do atendimento às exigências legais.

A prevenção e recuperação de erosões, o plantio de mudas nativas, os sistemas de gestão de água e de resíduos sólidos, as passagens de fauna silvestre e o plano de atendimento a emergências são exemplos destas ações.

Monitoramento e recuperação de não conformidades ambientais - Trabalhando de maneira preventiva à ocorrência de não conformidades ambientais que venham a provocar impactos nos ecossistemas próximos, a CCR SPVias inspeciona periodicamente bueiros e canaletas de cristas de taludes e de saias de aterro, detectando pontos críticos;

Recuperação de passivos ambientais - A ARTESP estabelece um plano de recuperação de no mínimo 5% do passivo total existente a cada ano de concessão. Até o ano de 2012, a CCR SPVias recuperou 75% dos seus passivos ambientais decorrentes da implantação e/ou operação de suas rodovias, cumprindo 10% além do estabelecido;

Projetos de reflorestamento com mudas nativas - Compromissada com as compensações ambientais geradas ao longo dos anos de concessão, a CCR SPVias já plantou cerca de 246.000 mudas de espécies nativas. Os locais protegidos estão ligados a importantes rios da região, sendo que alguns destes abastecem cidades do trecho concedido, além de apresentarem grande importância regional;

Coleta seletiva de resíduos sólidos - Alinhados com os objetivos da nova Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CCR SPVias destinou no ano de 2012, a cooperativas de materiais recicláveis, cerca de 1.000 m³ de resíduos, correspondendo a cerca de 30% do total recolhido nas rodovias e seus postos administrativos;

Programa de atendimento a emergências - Dentro do Programa de Atendimento a Emergências, a CCR SPVias promove eventos de fiscalização e de educação envolvendo o transporte de produtos perigosos. As *blitzes* de produtos perigosos são eventos em que se fiscalizam os veículos transportadores, em vista dos riscos adicionais que podem causar ao longo do trajeto. Têm a finalidade de atuar na conscientização de motoristas e empresas sobre a necessidade de adequação às normas de segurança, e consequentemente, reduzir o número de acidentes relacionados.

9. Segurança viária

A CCR SPVias atua não somente no gerenciamento e na promoção de melhorias das rodovias, mas também no desenvolvimento de condições de segurança e conforto aos usuários em toda a extensão da malha rodoviária.

Estas ações têm contribuído positivamente com a estatística de acidentes de trânsito ao longo das rodovias. Em 1999, ano anterior ao início da concessão, foram registradas 108 mortes, sendo que em 2012 foram constatadas 44 mortes, ou seja, uma redução de 59%; em comparação ao ano de 2011, a redução de mortes foi de 41%. Dentre as ações desenvolvidas em 2012 na área de segurança no trânsito, com o envolvimento de aproximadamente 409 mil pessoas, destacam-se:

- Campanha “Verão na Estrada - Viagem Segura” - A campanha é realizada no período de férias de verão, visando informar o usuário quanto aos riscos a que está sujeito quando não se respeitam as normas de trânsito. O motorista é orientado para que adote uma postura defensiva na condução do seu veículo. Foram realizadas campanhas nos meses de janeiro e fevereiro.

- Campanha “Cinto de Segurança. Amarre-se nele!” - Campanha que visa conscientizar motoristas e passageiros sobre a importância do uso do cinto de segurança, inclusive no banco traseiro. Os usuários que passam pelo local recebem orientações e materiais educativos, além de atendimento de saúde, como verificação do índice de massa corpórea e aferição da pressão arterial. Foram realizadas campanhas nos meses de abril e maio.
- Campanha de inverno “Veja e Seja Visto” - Neblina - Campanha de orientação, com distribuição de material educativo aos usuários, tendo como objetivo a conscientização dos motoristas e passageiros sobre a importância de redobrar os cuidados ao dirigir sob neblina ou queimada. A campanha foi realizada nos meses de junho e julho.
- Campanha “Acorda Motorista!” - Sonolência ao dirigir é um grave problema de segurança que pode causar acidentes. Essa campanha de conscientização visa informar aos motoristas que dirigir sem descanso diminui a oxigenação do organismo, causando sono e perda de concentração, que podem provocar acidentes. Foram realizadas doze campanhas ao longo do ano.
- Projeto “*Pit Stop*” para caminhoneiros, motociclistas e motoristas de ônibus - O Projeto Pit Stop tem a finalidade de beneficiar os condutores de diversos veículos, sendo oferecida ao condutor uma avaliação da sua saúde, bem como uma inspeção veicular, tudo isso em conjunto com a conscientização dos condutores sobre segurança viária. Foram realizados 7 “*Pit Stops*” ao longo do ano.
- Palestras sobre segurança viária - O programa de redução de acidentes da CCR SPVias está embasado, mais uma vez, na atuação sobre o elemento humano, considerado principal fator na geração de acidentes de forma geral. Assim, concentramos ações na formação da consciência de segurança rodoviária, atuando com foco no usuário, por meio de realização de palestras em empresas transportadoras de carga e comunidades lindeiras, buscando uma mudança comportamental dos motoristas. Foram realizadas nove palestras ao longo do ano.
- “Café na passarela” - Esse projeto é voltado aos pedestres das escolas, operários e comunidades lindeiras, para conscientizar sobre a importância do uso da passarela para uma travessia segura. Foram realizados sete eventos ao longo do ano.
- Simulado de acidentes com produtos perigosos e simulado de acidentes com múltiplas vítimas- Os simulados são realizados com a participação integrada de várias entidades envolvidas no atendimento de acidentes desta natureza, incluindo toda a cadeia do produto - indústria, embarcador, transportador, motorista e equipes de emergência. O exercício procura reproduzir uma situação que possibilite aos envolvidos atuar da melhor forma desde a origem até a chegada das vítimas à rede hospitalar. Em 2012 foram realizados dois simulados de acidentes.

10. Investimentos

A CCR SPVias já investiu cerca de R\$873,5 milhões, em valores correntes, desde 2000, nas rodovias SP 127, SP 255, SP 258, SP 270 e SP 280. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

- Rodovia SP 127 - Antonio Romano Schincariol (km 105+900 ao km 147+980) e Francisco da Silva Pontes (km 158+060 ao km 213+150) - 97,17 quilômetros
 - Duplicação de 55,09 quilômetros entre o km 158+060 e o km 213+150.
 - Implantação de 13 dispositivos de entroncamento e retorno.
 - Implantação de 110 quilômetros de acostamentos.
 - Implantação de cinco pontes.
 - Alargamento e/ou melhoramento de sete obras de arte especiais.
 - Implantação de duas passarelas.
 - Implantação de um posto de pesagem móvel.
 - Implantação de duas bases SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário).
 - Recuperação e/ou melhoria de 20 obras de arte especiais.
 - Implantação de 26 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus.
 - Implantação de 88 telefones de emergência.
 - Implantação de Posto Geral de Fiscalização no km 172+600.
 - Recapeamento de 194,34 quilômetros de pista (dupla).
 - Implantação do acesso ao fórum de Tatuí - km115+780.

- Rodovia SP 255 - João Mellão (km 237+770 ao km 288+190) - 50,42 quilômetros
 - Implantação de 53 quilômetros de faixas adicionais.
 - Implantação de 87 quilômetros de acostamentos.
 - Alargamento e/ou melhoria em uma obra de arte especial.
 - Implantação de uma passarela.
 - Implantação de um posto de pesagem móvel.
 - Implantação de uma base SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário).
 - Implantação de 6 telefones de emergência.
 - Recuperação e/ou melhoria de 13 obras de arte especiais.
 - Implantação de 20 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus.
 - Recapeamento de 52,42 quilômetros de pista (simples e dupla).

- Rodovia SP 258 - Francisco Alves Negrão (km 222+800 ao km 342+670) - 119,87 quilômetros
 - Duplicação de 3,48 quilômetros entre o km 222+800 e o km 226+280.
 - Contorno de 2,8 quilômetros entre o km 262 ao 264,8 - contorno de Taquarivaí.
 - Implantação de 2 dispositivos de entroncamento e retorno - contorno de Taquarivaí.
 - Implantação de 1 passagem inferior - contorno de Taquarivaí.
 - Implantação de 123 quilômetros de acostamentos.
 - Alargamento e/ou melhoria em 13 obras de arte especiais.
 - Implantação de três passarelas.
 - Implantação de dois postos de pesagem móvel.
 - Implantação de uma base SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário).
 - Implantação de dois telefones de emergência.
 - Recuperação e/ou melhoria de 33 obras de arte especiais.
 - Implantação de 34 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus.
 - Recapeamento de pista 122,87 quilômetros (simples e dupla).
 - Recuperação de Pavimento 3ª Intervenção - 119,87 quilômetros recuperados.

- Rodovia SP 270 - Raposo Tavares (km 115+500 ao km 168+210) - 52,71 quilômetros
 - Duplicação de 7,7 quilômetros entre o km 158+400 e o km 166+100.
 - Duplicação de 4,5 quilômetros entre o km 115+500 ao 120+000.
 - Duplicação de 2,6 quilômetros entre o km 130+000 e 132+600.
 - Implantação de seis dispositivos de entroncamento e retorno.
 - Implantação de oito quilômetros de faixas adicionais.
 - Implantação de 92 quilômetros de acostamentos.
 - Alargamento e/ou melhoria em três obras de arte especiais.
 - Implantação de uma passarela.
 - Implantação de uma base SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário).
 - Recuperação e/ou melhoria de duas obras de arte especiais.
 - Implantação de 29 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus.
 - Instalações para a Polícia Militar Rodoviária.
 - Implantação de Posto Geral de Fiscalização no km 137+400.
 - Recapeamento de 72,71 quilômetros de pista (simples e dupla).
 - Recuperação e recapeamento de pista dupla do km 158+400 ao 168+210.
 - Recuperação e Recapeamento de 4,5 quilômetros entre o km 115+500 ao 120+000.
 - Recuperação e Recapeamento de 2,6 quilômetros entre o km 130+000 e 132+600
 - Recuperação do Pavimento de 3 Trevos.
 - Implantação de 20 telefones de emergência.

- Rodovia SP 280 - Castello Branco (km 129+600 ao km 315+034) - 185,43 quilômetros
 - Duplicação de 1,8 quilômetro entre o km 204+750 e o km 206+523 (Serra de Botucatu).
 - Implantação de dois viadutos (Serra de Botucatu).
 - Implantação de quatro dispositivos de entroncamento e retorno.
 - Melhoramento de 13 dispositivos de entroncamento e retorno.
 - Alargamento e/ou melhoria em duas obras de arte especiais.
 - Implantação de dois postos de pesagem móvel.
 - Implantação de três bases SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário).
 - Recuperação e/ou melhoria de 78 obras de arte especiais.
 - Implantação de 39 faixas de aceleração e desaceleração de pontos de ônibus.
 - Implantação de 377 telefones de emergência.
 - Implantação de Posto Geral de Fiscalização no km 134+700.
 - Recapeamento de 370,86 quilômetros de pista (dupla).
 - Programa de Recuperação de Pavimento 3ª Intervenção - 124 quilômetros de pista (dupla) recuperados.

11. Comunicação com o usuário

A CCR SPVias ouve e orienta seus usuários através de diversos canais de comunicação, abertos especialmente para esta finalidade. São eles:

- Telefone de ligação gratuita (0800);
- Internet - “Fale Conosco”, por meio do site www.spvias.com.br;

- Bases SAU - Postos de atendimento disponibilizados aos usuários e localizados em pontos estratégicos, para abrigar os veículos operacionais (inspeção de tráfego, guinchos e ambulâncias).
- Ouvidoria - É por meio deste canal direto entre a concessionária e o usuário que este pode registrar suas manifestações. Em 2012, a ouvidoria recebeu uma média de 315 manifestações por mês, aumento de 85% em relação ao ano anterior, por meio de diferentes canais: 0800, correio eletrônico, telefone e visitas pessoais.

12. Considerações finais

Em nosso relacionamento com o auditor independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As Demonstrações Financeiras da Concessionária, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

13. Agradecimentos

A Administração da CCR SPVias agradece a todos que contribuíram para o alcance dos objetivos e resultados apresentados, em especial aos acionistas, ao Poder Concedente, aos órgãos federais, estaduais e municipais, aos usuários, fornecedores e instituições financeiras. Aos nossos colaboradores, nosso agradecimento especial pela dedicação, esforço e resultados alcançados.

Tatuí, 27 de fevereiro de 2013

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rodovias Integradas do Oeste S.A.
Tatuí - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Rodovias Integradas do Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rodovias Integradas do Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 29 de fevereiro de 2012 e 11 de março de 2011, respectivamente, sem ressalvas.

Como parte de nossos exames nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, revisamos também as reclassificações descritas na nota explicativa 2, que foram efetuadas para tornar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, comparáveis com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Em nossa opinião, tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuadas. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, tomados em conjunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Don
José Roberto P. Carneiro
Contador
CRC nº 1 SP 109447/O-6

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)	01/01/11 (Reapresentado)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2012	31/12/2011 (Reapresentado)	01/01/11 (Reapresentado)
	explicativa					explicativa			
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixas e equivalentes de caixa	6	76.696	34.410	39.437	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	12	21.186	36.232	184.374
Contas a receber	7	2.529	924	1.132	Debêntures	13	844.615	-	822.753
Contas a receber - partes relacionadas	9	29.884	26.695	20.868	Fornecedores		15.350	6.849	9.649
Impostos a recuperar	14	4.279	22	1.848	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	6.009	7.465	7.122
Despesas antecipadas		1.392	1.582	-	Obrigações sociais e trabalhistas		4.530	2.370	759
Outros créditos		3.548	826	149	Impostos e contribuições a recolher	15.a	11.811	5.154	6.112
Total do ativo circulante		<u>118.328</u>	<u>64.459</u>	<u>63.434</u>	Impostos e contribuições parcelados	15.b	1.142	2.325	1.995
					Obrigações com o poder concedente	24	21.951	24.397	1.090
NÃO CIRCULANTE					Provisão de manutenção	18	34.459	24.836	12.328
Realizável a longo prazo					Dividendos a pagar		-	10.138	10.138
Impostos a recuperar	14	105	2.045	-	Comissões a pagar		6.210	4.854	4.184
Depósitos judiciais		88	68	-	Outras contas a pagar		<u>1.085</u>	<u>1.949</u>	<u>62</u>
Outros		<u>562</u>	<u>535</u>	-	Total do passivo circulante		<u>968.348</u>	<u>126.569</u>	<u>1.060.566</u>
		<u>755</u>	<u>2.648</u>	-					
Imobilizado	10	24.352	16.997	16.465	NÃO CIRCULANTE				
Intangível	11	<u>1.617.194</u>	<u>1.612.487</u>	<u>1.648.112</u>	Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	12	31.382	246.861	112.444
Total do ativo não circulante		<u>1.642.301</u>	<u>1.632.132</u>	<u>1.664.577</u>	Debêntures	13	399.170	934.912	-
					Impostos e contribuições parcelados	15.b	740	1.795	3.292
					Obrigações com o poder concedente	24	-	17.502	30.296
					Provisão de manutenção	18	35.457	31.842	23.699
					Passivo fiscal diferido	8.b	29.675	14.533	23.040
					Mútuo - Partes relacionadas	9	-	67.528	193.998
					Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	16	1.620	172	551
					Outras contas a pagar		-	<u>406</u>	<u>2.992</u>
					Total do passivo não circulante		<u>498.044</u>	<u>1.315.551</u>	<u>390.312</u>
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	19.a	205.225	205.225	205.225
					Reserva de lucros	19.b	<u>89.012</u>	<u>49.246</u>	<u>71.908</u>
					Total do patrimônio líquido		<u>294.237</u>	<u>254.471</u>	<u>277.133</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.760.629</u>	<u>1.696.591</u>	<u>1.728.011</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.760.629</u>	<u>1.696.591</u>	<u>1.728.011</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	32/12/2012	31/12/11
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	484.545	389.720
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo de construção		(60.628)	(16.661)
Serviços		(85.868)	(99.203)
Custo da outorga		(14.530)	(12.798)
Depreciação e amortização		(63.786)	(53.672)
Custo com pessoal		(14.202)	(3.263)
Provisão de manutenção	18	(21.838)	(21.872)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.169)	(2.155)
Outros		(8.215)	(7.907)
		<u>(271.236)</u>	<u>(217.531)</u>
LUCRO BRUTO		213.309	172.189
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
Despesas com pessoal		(6.530)	(6.708)
Serviços		(8.166)	(4.570)
Materiais, equipamentos e veículos		(521)	(709)
Depreciação e amortização		(101)	(4.806)
Outros		(495)	(2.712)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS)			
FINANCEIRAS E IMPOSTOS		197.496	152.684
Despesas financeiras	21	(143.062)	(194.827)
Receitas financeiras	21	6.880	9.302
Outras receitas operacionais		28	1.947
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
		61.342	(30.894)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8.a	(6.436)	(275)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.b	(15.140)	8.507
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>39.766</u>	<u>(22.662)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R\$		<u>193,77</u>	<u>(110,43)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Não auditado)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	39.766	(22.662)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>39.766</u>	<u>(22.662)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social subscrito	Reservas de lucros		Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Especial de dividendos			
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011		205.225	5.471	-	66.437	-	277.133
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(22.662)	(22.662)
Absorção do prejuízo		-	-	-	(22.662)	22.662	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		205.225	5.471	-	43.775	-	254.471
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	39.766	39.766
Destinações:		-	-	-	-	-	-
Reserva legal	19.b	-	1.988	-	-	(1.988)	-
Constituição de reserva de lucros	19.b	-	-	-	28.333	(28.333)	-
Reserva especial para dividendos não distribuídos	19.b	-	-	9.445	-	(9.445)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		205.225	7.459	9.445	72.108	-	294.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	39.766	(22.662)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.140	(8.507)
Depreciação e amortização	24.384	22.601
Baixa do ativo imobilizado e intangível	495	2.014
Amortização do ágio	39.503	35.877
Capitalização de custo de empréstimos	(3.759)	(1.849)
Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	120.409	148.014
Variação cambial sobre debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	205	466
Juros e variação monetária sobre mútuo com partes relacionadas	3.834	23.470
Constituição da provisão de manutenção	21.838	21.872
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	7.627	4.898
Constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	4
Constituição (reversão) riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.448	(1.680)
Variação monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	5.179	10.385
Juros sobre impostos parcelados	278	1.079
	<u>236.583</u>	<u>258.644</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento (redução) dos ativos		
Contas a receber	(1.605)	204
Contas a receber partes relacionadas	(3.189)	(5.827)
Despesas antecipadas	190	266
Tributos a recuperar	(2.317)	(2.045)
Outros créditos	(2.742)	(767)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	8.501	(2.800)
Fornecedores partes relacionadas	(1.536)	(4.094)
Obrigações sociais e trabalhistas	2.160	1.611
Impostos e contribuições recolher e parcelados	4.141	(3.203)
Obrigações com o poder concedente	(25.127)	128
Realização da provisão de manutenção	(16.226)	(6.119)
Liquidação de contingências	-	(1.140)
Outras contas a pagar	86	2.412
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>238.685</u>	<u>214.608</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado	(12.829)	(7.023)
Adição ao ativo intangível	(59.856)	(16.527)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(72.685)</u>	<u>(23.550)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Conta reserva	(27)	(535)
Mútuos com partes relacionadas		
Pagamento	(71.282)	(145.503)
Debêntures, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil		
Captações	400.146	835
Pagamento de principal	(225.595)	(32.812)
Pagamento de juros	(215.534)	(17.015)
Custo de captação	(1.284)	(1.055)
Dividendos pagos	(10.138)	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(123.714)</u>	<u>(196.085)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>42.286</u>	<u>(5.027)</u>
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	34.410	39.437
No final do exercício	<u>76.696</u>	<u>34.410</u>
	<u>42.286</u>	<u>(5.027)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. O endereço registrado da sede esta localizado na Rodovia Antônio Romano Schincariol, (SP-127), Km 112+400, no município de Tatuí, estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão até 10 de outubro de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário incluindo trechos das rodovias Castello Branco (SP-280), João Melão (SP-255), Antonio Romano Schincariol (SP-127), Francisco da Silva Pontes (SP-127), Raposo Tavares (SP-270) e Francisco Alves Negrão (SP-258), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, de acordo com o Edital de Concorrência nº. 20/CIC/98 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de serviços

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação de serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura deve contabilizar receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com CPC 17 - Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos conforme informados na nota 22.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis, para os quais a data de início para a captação foi a data de início da concessão.

Quando parte de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, na abordagem por componentes, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

- Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágio.

O direito da concessão - ágio gerado na incorporação da empresa Vialco Concessões Rodoviárias SPE S.A., é oriundo da aquisição da Companhia e reflete o custo de aquisição do direito de operar a concessão. Este direito está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão, tendo sido adotado a curva de tráfego estimada como base de amortização.

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

h) Ativos arrendados

- Arrendamento mercantil operacional

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 17.a).

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº 17.b).

i) Redução ao valor recuperável de ativos

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros.

l) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção.

m) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o montante reconhecido como despesa com o plano de contribuição definida foi de R\$212.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

o) Direito de concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 (Contratos de Concessão), a Companhia segue a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo o passivo (divulgado na nota explicativa nº. 24) relativo às obrigações futuras de seus pagamentos ao Poder Concedente, tendo como base a linha de entendimento de ser o contrato de concessão um contrato executório. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

Neste tipo de contrato tanto a Concessionária quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que a Concessionária será indenizada pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

p) Contratos de concessão de serviços - direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), a Concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. A Concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

q) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(c)
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(c)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	(a)
IFRS 11 - Acordos de participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	(a)
IFRS 13 - Medições de valor justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	(a)
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a empregados	(a)
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações separadas	(a)
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em coligada e em controlada e <i>joint ventures</i>	(a)
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e

(c) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos e interpretações não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	(b)
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	(a)
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos patrimoniais	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	(b)
IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação das demonstrações financeiras.	(c)
IAS 1 - Modificações na IAS 1	Apresentação dos itens de outros resultados abrangentes.	(d)
IAS 24 - Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	(c)

- (a) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010;
- (b) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011;
- (c) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2012; e
- (d) Aplicações em períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.

Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pelo CFC:

- CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente a IFRS 11);
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente a IAS 19, revisada);
- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10);
- CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12); e
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente ao IFRS 13).

Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos nas presentes demonstrações.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Em 27 de fevereiro de 2013, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

Reclassificações

No exercício de 2011, para fins de melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, efetuamos algumas reclassificações, as quais estão demonstradas a seguir. Também estão demonstradas as reclassificações do saldo de abertura, em 01/01/2011.

Além disso, apresentamos na nota explicativa 8(b) o saldo de abertura em 01/01/2011.

	31/12/11		
	<u>Emitido</u> <u>anteriormente</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
Ativo:			
Ativo circulante	64.459	-	64.459
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	81.220	(81.220) (a)	-
Total do ativo não circulante	<u>1.713.352</u>	<u>(81.220)</u>	<u>1.632.132</u>
Total do ativo	<u>1.777.811</u>	<u>(81.220)</u>	<u>1.696.591</u>
Passivo:			
Passivo circulante	126.569	-	126.569
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	95.753	(81.220) (a)	14.533
Total do passivo não circulante	<u>1.396.771</u>	<u>(81.220)</u>	<u>1.315.551</u>
Patrimônio líquido	<u>254.471</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do passivo	<u>1.777.811</u>	<u>(81.220)</u>	<u>1.696.591</u>

1º/01/11

	Emitido anteriormente	Reclassificações	Reapresentado
Ativo:			
Ativo circulante	63.434	-	63.434
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	59.922	(59.922) (a)	-
Total do ativo não circulante	<u>1.724.499</u>	<u>(59.922)</u>	<u>1.664.577</u>
Total do ativo	<u>1.787.933</u>	<u>(59.922)</u>	<u>1.728.011</u>
Passivo:			
Passivo circulante	1.060.566	-	1.060.566
Passivo não circulante			
Impostos diferidos	82.962	(59.922) (a)	23.040
Total do passivo não circulante	<u>450.234</u>	<u>(59.922)</u>	<u>390.312</u>
Patrimônio líquido	<u>277.133</u>	<u>-</u>	<u>277.133</u>
Total do passivo	<u>1.787.933</u>	<u>(59.922)</u>	<u>1.728.011</u>

(a) Ajuste para apresentação líquida dos impostos diferidos na Companhia, para alinhamento com entendimento de que os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos devem estar registrados pelo valor líquido no ativo ou passivo.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a qual é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas

- Nota 3 - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível, dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão.
- Nota 7 - Provisão para devedores duvidosos.
- Nota 8.b) - Impostos diferidos.
- Nota 10 - Depreciação do ativo imobilizado.
- Nota 11 - Amortização dos ativos intangíveis.
- Nota 16 - Provisão para contingências.
- Nota 17 - Classificação de arrendamento mercantil.
- Nota 18 - Provisão de manutenção.
- Nota 22 - Mensuração de instrumentos financeiros.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar captações com indexadores equivalentes àqueles que reajustam as suas receitas.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI para debêntures, empréstimos de capital de giro e aplicações financeiras e da TJLP relativo aos financiamentos em reais. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº. 6, 12 e 13.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros	21.186	13.832	13.588	3.962
Debêntures	844.936	400.000	-	-

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e bancos	4.140	2.721
Aplicações financeiras	<u>72.556</u>	<u>31.689</u>
	<u>76.696</u>	<u>34.410</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,03% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente a 8,31% ao ano (11,50% ao ano em 31 de dezembro de 2011).

7. CONTAS A RECEBER

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante:		
Vale pedágio e cupons a receber (a)	2.519	916
Ocupação da faixa de domínio e acessos	<u>16</u>	<u>12</u>
	2.535	928
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (b)	<u>(6)</u>	<u>(4)</u>
	<u>2.529</u>	<u>924</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Créditos a vencer	2.516	924
Créditos vencidos até 60 dias	13	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	4
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	2	-
Créditos vencidos há mais de 361 dias	<u>4</u>	<u>-</u>
	<u>2.535</u>	<u>928</u>

(a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos à taxa de manutenção de tag's e estacionamentos da STP, bem como de tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária; e

(b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é constituída por títulos vencidos há mais de 90 dias, com base no histórico de perda da Companhia.

8. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	61.342	(30.894)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	20.856	10.504
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(138)	(67)
Juros, multas e outras despesas indedutíveis	(73)	(208)
Outras	(509)	(1.505)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>20.136</u>	<u>8.724</u>
Impostos correntes	<u>(6.436)</u>	<u>(275)</u>
Impostos diferidos	<u>(15.140)</u>	<u>(8.507)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>35%</u>	<u>27%</u>

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>31/12/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>1º/01/2011</u>
Bases ativas:			
Depreciação de obras realizadas na provisão de manutenção (a)	23.771	27.961	41.993
Constituição da provisão de manutenção (c)	18.503	19.271	12.250
Prejuízo fiscal	16.912	18.905	-
Base negativa de contribuição social	6.088	6.806	5.679
Depreciação de obras lançadas no custo (b)	9.431	6.133	-
Provisão para comissões sobre empréstimos	2.111	1.650	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	345	276	-
Provisão para despesas com taxa de manutenção de pedágio eletrônico	104	90	-
Provisão para riscos	551	59	-
Outras	<u>125</u>	<u>69</u>	<u>-</u>
	<u>77.941</u>	<u>81.220</u>	<u>59.922</u>
Bases passivas:			
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(76.071)	(72.807)	(69.868)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(13.859)	(13.130)	(12.967)
Amortização pela curva de benefício econômico (contábil) (f)	(15.375)	(8.024)	(127)
Ajuste valor presente sobre outorga variável - RTT	(1.623)	(1.613)	-
Ajuste a valor justo	-	(46)	-
Amortização custo de transação	-	21	-
Outras	<u>(688)</u>	<u>(154)</u>	<u>-</u>
	<u>(107.616)</u>	<u>(95.753)</u>	<u>(82.962)</u>
Passivo diferido líquido	<u>(29.675)</u>	<u>(14.533)</u>	<u>(23.040)</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

- (a) Diferenças temporárias oriundas da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis - Lei nº 11.638/07;
- (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis - Lei nº 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “a”, conforme práticas contábeis - Lei nº 11.638/07;
- (d) Diferenças temporárias entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como de melhorias nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07;
- (e) Diferenças temporárias entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07; e
- (f) Diferenças temporárias entre a amortização fiscal (linear) e contábil (curva de benefício econômico) do direito de concessão - ágio, nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	<u>31/12/12</u>
2013	8.435
2014	14.093
2015	<u>472</u>
	<u>23.000</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

9. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações Serviços prestados	Saldos		
		Ativo Contas a receber	Passivo Mútuos Fornecedores	
Controladora- CCR S.A. (a)	1.722	-	-	230
Outras partes relacionadas:				
Consórcio de Rodovias Integradas - CORI (b)	75.242	-	-	5.714
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (c)	3.347	29.884	-	-
Companhia de Participações em Concessões (d)	<u>838</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>65</u>
Total circulante, 31 de dezembro de 2012	-	29.884	-	6.009
Total não circulante, 31 de dezembro de 2012	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total, 31 de dezembro de 2012	<u>81.149</u>	<u>29.884</u>	<u>-</u>	<u>6.009</u>
Total circulante, 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>26.695</u>	<u>-</u>	<u>7.465</u>
Total não circulante, 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.528</u>	<u>-</u>
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>99.872</u>	<u>26.695</u>	<u>67.528</u>	<u>7.465</u>

Despesas com profissionais chave da administração

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	634	1.332
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	1.077	481
Previdência privada	18	100
Seguro de vida	<u>1</u>	<u>4</u>
	<u>1.730</u>	<u>1.917</u>

Os montantes referentes às despesas com profissionais chave da administração estão apresentados a seguir:

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Profissionais chave-		
Remuneração de administradores (e)	1.730	1.917

Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi fixada a remuneração dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$2.100.

O valor efetivamente pago relativo à remuneração da administração será aprovado na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Abaixo, apresentamos as notas relacionadas aos quadros acima:

- (a) Prestador exclusivo de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR.

- (b) Refere-se a prestação de serviços de conservação de rotina e manutenção de rodovias, manutenção de operações, inspeção de tráfego, guincho, fornecimento de mão de obra para operação do sistema de arrecadação e serviço de atendimento pré-hospitalar, executados sob responsabilidade e às exclusivas expensas do Consórcio. Contas a receber refere-se a repasse de despesas com combustíveis.
- (c) Refere-se aos valores de tarifas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais são repassados à Companhia no mês subsequente.
- (d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da rodovia. Contas a receber refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.
- (e) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: Conselho de Administração (somente remuneração fixa), Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária.

10. ATIVO IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	10	2.135	(1.314)	821	1.826	(1.255)	571
Máquinas e equipamentos	13	16.433	(7.368)	9.065	15.905	(7.947)	7.958
Veículos	23	8.424	(5.630)	2.794	9.667	(7.244)	2.423
Instalações e edificações	6	613	(279)	334	613	(223)	390
Sistemas operacionais	12	14.481	(10.594)	3.887	11.951	(9.552)	2.399
Imobilizado em andamento	-	<u>7.451</u>	<u>-</u>	<u>7.451</u>	<u>3.256</u>	<u>-</u>	<u>3.256</u>
		<u>49.537</u>	<u>(25.185)</u>	<u>24.352</u>	<u>43.218</u>	<u>(26.221)</u>	<u>16.997</u>

Movimentação do custo

	2011	2012			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	1.826	139	(147)	317	2.135
Máquinas e equipamentos	15.905	2.864	(2.649)	313	16.433
Veículos	9.667	1.493	(2.736)	-	8.424
Instalações e edificações	613	-	-	-	613
Sistemas operacionais	11.951	1.580	(43)	993	14.481
Imobilizado em andamento	<u>3.256</u>	<u>7.231</u>	<u>-</u>	<u>(3.036)</u>	<u>7.451</u>
	<u>43.218</u>	<u>13.307</u>	<u>(5.575)</u>	<u>(1.413)</u>	<u>49.537</u>

	2010	2011			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	1.733	49	(13)	57	1.826
Máquinas e equipamentos	16.069	489	(2.724)	2.071	15.905
Veículos	11.799	-	(2.256)	124	9.667
Instalações e edificações	613	-	-	-	613
Sistemas operacionais	11.481	20	(167)	617	11.951
Imobilizado em andamento	<u>2</u>	<u>6.650</u>	<u>-</u>	<u>(3.396)</u>	<u>3.256</u>
	<u>41.697</u>	<u>7.208</u>	<u>(5.160)</u>	<u>(527)</u>	<u>43.218</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$478 em 31 de dezembro de 2012 (R\$185 em 31 de dezembro de 2011).

Movimentação da Depreciação

	2011	2012			Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	
Móveis e utensílios	(1.255)	(139)	82	(2)	(1.314)
Máquinas e equipamentos	(7.947)	(1.739)	2.319	(1)	(7.368)
Veículos	(7.244)	(1.023)	2.637	-	(5.630)
Instalações e edificações	(223)	(56)	-	-	(279)
Sistemas operacionais	<u>(9.552)</u>	<u>(1.084)</u>	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>(10.594)</u>
	<u>(26.221)</u>	<u>(4.041)</u>	<u>5.080</u>	<u>(3)</u>	<u>(25.185)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

	2011	2012		Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	
Móveis e utensílios	(1.139)	(120)	4	(1.255)
Máquinas e equipamentos	(7.654)	(1.586)	1.293	(7.947)
Veículos	(7.627)	(1.305)	1.688	(7.244)
Instalações e edificações	(166)	(57)	-	(223)
Sistemas operacionais	<u>(8.646)</u>	<u>(1.067)</u>	<u>161</u>	<u>(9.552)</u>
	<u>(25.232)</u>	<u>(4.135)</u>	<u>3.146</u>	<u>(26.221)</u>

11. ATIVO INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização - %	2012			2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	(*)	1.138.254	(76.008)	1.062.246	1.138.254	(36.506)	1.101.748
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	672.956	(118.411)	554.545	608.406	(98.265)	510.141
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	3.426	(3.023)	403	3.426	(2.828)	598
		<u>1.814.636</u>	<u>(197.442)</u>	<u>1.617.194</u>	<u>1.750.086</u>	<u>(137.599)</u>	<u>1.612.487</u>

Movimentação do Custo

	2011		2012	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	1.138.254	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	608.406	63.137	1.413	672.956
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.426	-	-	3.426
	<u>1.750.086</u>	<u>63.137</u>	<u>1.413</u>	<u>1.814.636</u>

	2010		2011	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	1.138.254	-	-	1.138.254
Direitos de exploração da infraestrutura	589.954	18.123	329	608.406
Direitos de uso de sistemas informatizados	3.160	68	198	3.426
	<u>1.731.368</u>	<u>18.191</u>	<u>527</u>	<u>1.750.086</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Movimentação da Amortização

	2011		2012	
	Saldo inicial	Adições	Transferências	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(36.506)	(39.503)	1	(76.008)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(98.265)	(20.148)	2	(118.411)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(2.828)	(195)	-	(3.023)
	<u>(137.599)</u>	<u>(59.846)</u>	<u>3</u>	<u>(197.442)</u>

	2010	2011	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Direitos de exploração da infraestrutura	(629)	(35.877)	(36.506)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(79.957)	(18.308)	(98.265)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	<u>(2.670)</u>	<u>(158)</u>	<u>(2.828)</u>
	<u>(83.256)</u>	<u>(54.343)</u>	<u>(137.599)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$3.281 em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.664 em 31 de dezembro de 2011). A taxa de capitalização dos custos de empréstimos foi, em média, de 1,29% ao mês durante o exercício de 2012 (0,99% ao mês durante o exercício de 2011).

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2012	Vencimento final	2012	2011	
<u>Em moeda nacional</u>								
1. BNDES- FINEM I e CEF	TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	5.817	13.583	(b)
1. BNDES- FINEM II - Repasse e CEF	TJLP + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	5.817	15.257	(b)
2. BNDES- FINEM III	TJLP + 2,8% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2018	38.049	44.894	(b)
4. Votorantim S.A. (Finame)	TJLP + 4,50 % a 7,00% a.a.	N/I	-	-	Setembro de 2013	541	1.283	(d)
3. Bradesco S.A.	116,5% do CDI	0,4419% (a)	783	-	Fevereiro de 2013	-	57.923	(c)
3. Itaú BBA S.A.	116,5% do CDI	0,4612% (a)	694	-	Fevereiro de 2013	-	109.574	(c)
3. Santander S.A.	CDI + 3,75% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2015	-	37.257	(c)
4. Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,0916% a.m. a 1,2321% a.m.	N/I	-	-	Junho de 2014	640	1.177	(d)
4. Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)	1,14% a 2,77% a.m.	N/I	-	-	Janeiro de 2015	<u>53</u>	<u>472</u>	(d)
Subtotal em moeda nacional						<u>50.917</u>	<u>281.420</u>	
<u>Em moeda estrangeira</u>								
1. BNDES- FINEM I	Cesta de Moedas + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	826	1.673	(b)
1. BNDES- FINEM II - Repasse e CEF	Cesta de Moedas + 5,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	<u>826</u>	<u>1.673</u>	(b)
Subtotal em moeda estrangeira						1.652	3.346	
						<u>52.569</u>	<u>284.766</u>	
<u>Circulante</u>								
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil						21.186	36.970	
Custo de transação						-	(738)	
						<u>21.186</u>	<u>36.232</u>	
<u>Não circulante</u>								
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil						31.382	246.984	
Custo de transação						-	(123)	
Total não circulante						<u>31.382</u>	<u>246.861</u>	

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1). Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada pela taxa média ponderada.

Garantias

- (b) Fiança bancária com aval do acionista controlador.
- (c) Fiança do acionista controlador.
- (d) Bens financiados.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2012</u>
2014	7.038
2015	6.794
2016	6.794
2017	6.794
2018	<u>3.962</u>
	<u>31.382</u>

A seguir especificamos a principais condições e garantias. As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Nos financiamentos junto ao BNDES e nos contratos de Finame, quando a TJLP for superior à taxa de 6% ao ano, a diferença será capitalizada ao saldo devedor, o qual será liquidado financeiramente conforme o cronograma de amortizações originalmente previsto.

1. Em 28 de março de 2003, foi contratado financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$67.400 (subcrédito A - R\$53.920 e subcrédito B em moeda estrangeira - R\$13.480). Na mesma data, foi firmado contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal (CEF) através de repasse do BNDES, nos mesmos montantes e com as mesmas remunerações e vencimentos.

O principal está sendo amortizado em 96 parcelas mensais entre 15 de outubro de 2005 e 15 de setembro de 2013 para o subcrédito A, e para o subcrédito B, entre 15 de novembro de 2005 e 15 de outubro de 2013.

Os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela do subcrédito A e do subcrédito B, serão pagas em 15 de setembro de 2013 e 15 de outubro de 2013, respectivamente.

A investida possui a obrigação de pagar, até 31 de dezembro de 2013, taxa de sucesso de 2,5% e 3% respectivamente ao BNDES e à CEF sobre a receita que ultrapassar o volume de veículos estipulado no contrato de financiamento.

A principal garantia que é compartilhada entre a CEF e o BNDES e cláusula restritiva do contrato de financiamento com o BNDES de 7 de julho de 2008 é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes do contrato, até a sua liquidação.

2. Em 07 de julho de 2008, a investida contratou financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$174.456 (subcrédito A - R\$52.526 e subcrédito B - R\$121.930).

Para o subcrédito A, o principal está sendo amortizado em 93 parcelas mensais, desde 15 de novembro de 2010 até 15 de julho de 2018, e para o subcrédito B, o principal está sendo amortizado em 78 parcelas mensais entre 15 de agosto de 2012 e 15 de janeiro de 2019.

Os juros estão sendo pagos mensalmente para os subcréditos A e B desde novembro de 2010 e agosto de 2012, respectivamente, até os vencimentos finais dos subcréditos.

A principal garantia que é compartilhada entre a CEF, o BNDES e o financiamento de 28 de março de 2003, é manter contratada fiança bancária, garantindo solidariamente as obrigações decorrentes do contrato, até a sua liquidação.

3. Em julho de 2012, as cédulas de crédito bancário dos bancos Bradesco, Itaú e Santander foram integralmente liquidadas antecipadamente.
4. Contratados ao longo dos anos de 2007 a 2011 destinam-se substancialmente à compra de caminhões, guinchos, plataformas de auto socorro, cesta aérea, ambulância e equipamentos de demarcação viária.

13. DEBÊNTURES

Série	Taxas contratuais	Custo efetivo (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2012	Vencimento final	2012	2011
1. 1ª Emissão - Série única	116,50% do CDI	0,1433% (a)	-	-	Fevereiro de 2013	829.553	934.912 (b)
2. 2ª Emissão - Série única	119,30% do CDI	0,0801% (a)	1.284	1.151	Julho de 2016	<u>414.232</u>	<u>-</u> (b)
						<u>1.243.785</u>	<u>934.912</u>
						<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Circulante</u>							
Debêntures						844.936	-
Custos de transação						<u>(321)</u>	<u>-</u>
						<u>844.615</u>	<u>-</u>
<u>Não circulante</u>							
Debêntures						400.000	934.912
Custos de transação						<u>(830)</u>	<u>-</u>
						<u>399.170</u>	<u>934.912</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias

- (b) Fidejussória do acionista controlador.

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

- Em 22 de dezembro de 2010, a Companhia assumiu por sucessão a 1ª emissão pública de debêntures, emitindo oitocentas debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie subordinada com garantia adicional fidejussória da Controladora, em série única, emitidas em 13 de dezembro de 2010 e aditadas em 17 de dezembro de 2010, de valor nominal unitário de R\$1.021 mil, sendo o valor total de emissão de R\$817.387 mil, sendo subscritas e integralizadas em 22 de outubro de 2010.

O pagamento dos juros e principal será liquidado no final da operação, em 28 de fevereiro de 2013. As debêntures podem ser liquidadas extraordinariamente, a qualquer momento.

- Em 5 de julho de 2012, a companhia emitiu, por meios da 2ª emissão, quarenta mil debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, com valor de emissão de R\$400.000 mil, na data de emissão.

A amortização do principal será em 5 de julho de 2016 e os juros, em parcelas semestrais, entre 5 de janeiro de 2013 e 5 de julho de 2016.

A emissão conta com a CCR como interveniente garantidora.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a qualquer momento, após o 24º mês contado a partir da data de emissão, a exclusivo critério da emissora, com pagamento de prêmio definido na escritura.

Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são:

- Distribuir aos acionistas da Companhia dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Companhia tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios;

- Distribuir aos acionistas do Interveniente Garantidor (CCR) de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Interveniente Garantidora tiver sido constituída em mora com relação às debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no Estatuto Social da Interveniente Garantidora e os juros sobre capital próprio imputados a tais dividendos mínimos obrigatórios.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2012</u>
2014	-
2015	-
2016	<u>400.000</u>
	<u>400.000</u>

14. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante:		
IRRF	216	22
IRPJ e CSLL	<u>4.063</u>	<u>-</u>
	<u>4.279</u>	<u>22</u>
Não circulante-		
IRPJ e CSLL	<u>105</u>	<u>2.045</u>

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Obrigações fiscais federais e municipais - a recolher

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Circulante		
ISS	2.131	1.923
Cofins	1.292	1.166
IR s/ mútuo	-	248
ISS retido	507	459
Pis, Cofins e CSLL retidos	684	427
INSS retido	394	568
Pis	280	253
IRRF retido	87	110
IRPJ	4.717	-
CSLL	<u>1.719</u>	<u>-</u>
	<u>11.811</u>	<u>5.154</u>

b) Impostos e contribuições parceladas

	2011	2012			
	Saldo inicial	Adições	Realização	Transferências	Total
Circulante					
ISS - Cesário Lange	190	55	(2.537)	3.363	1.071
PAES (1)	2.071	13	(347)	(1.737)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (2)	<u>64</u>	<u>8</u>	<u>(68)</u>	<u>67</u>	<u>71</u>
Total	<u>2.325</u>	<u>76</u>	<u>(2.952)</u>	<u>1.693</u>	<u>1.142</u>
Não circulante					
PAES (1)	1.035	5	-	(1.040)	-
Parcelamento Lei 11.941/09 (2)	<u>760</u>	<u>46</u>	<u>-</u>	<u>(66)</u>	<u>740</u>
Total	<u>1.795</u>	<u>51</u>	<u>-</u>	<u>(1.106)</u>	<u>740</u>

- (1) Em 30 de junho de 2003 a Companhia solicitou parcelamento de débitos de impostos federais (IRPJ e CSLL), por meio da adesão ao Parcelamento Especial - PAES, em 120 parcelas mensais, ajustados com base na variação da TJLP a partir de 30 de julho de 2003. A Companhia tem a obrigação de permanecer adimplente no pagamento dos impostos, contribuições e demais obrigações fiscais correntes, como condição essencial à manutenção do Parcelamento Especial - PAES. O não cumprimento dessa condição acarretará na aplicação das penalidades previstas em legislação específica, que entre outras, prevê o cancelamento do parcelamento.
- (2) Em 18 de agosto de 2009, a Companhia solicitou parcelamento de débitos de imposto de renda e contribuição social, referente a divergência de preenchimento de PERDCOMP em 2004 identificado pela Receita Federal do Brasil em 2009 e 2010. Em 28 de junho de 2011, foi homologado pela Receita Federal do Brasil o parcelamento em 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa Selic, a serem pagas a partir de junho de 2011.

16. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir:

	<u>Saldo inicial</u> 2011	Constituição/ reversão <u>de provisão</u> 2012	<u>Saldo final</u>
Não circulante:			
Cíveis	172	1.309	1.481
Trabalhistas e previdenciárias	<u>-</u>	<u>139</u>	<u>139</u>
	<u>172</u>	<u>1.448</u>	<u>1.620</u>
	<u>2010</u>	<u>2011</u>	
Não circulante:			
Cíveis	2.776	(2.604)	172
Trabalhistas e previdenciárias	<u>216</u>	<u>(216)</u>	<u>-</u>
	<u>2.992</u>	<u>(2.820)</u>	<u>172</u>

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados a seguir, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tem em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Existem também outros riscos passivos relativos às questões cíveis, trabalhistas e tributárias, cuja mensuração do valor e a probabilidade de desfecho não puderam ser determinadas com suficiente segurança, em decorrência do estágio em que se encontram e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Cíveis	5.026	4.093
Trabalhistas e previdenciárias	726	393
Tributárias	<u>-</u>	<u>14</u>
	<u>5.752</u>	<u>4.500</u>

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Operacional

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	<u>Pagamentos futuros mínimos</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até um ano	-	153

A Companhia não possui arrendamento mercantil operacional neste exercício.

b) Financeiro

A Companhia possui ativos num montante de R\$64 obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de até três anos, com cláusula de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Companhia.

Ativo imobilizado - valor líquido

	Taxa média anual de depreciação - %	2012			2011		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Veículos	20	65	(28)	37	6.767	(2.155)	4.612

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia reconheceu como despesa financeira o montante de R\$173 e R\$96 relativos à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2012		2011	
	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
Até um ano	571	449	1.351	1.114
Acima de um ano e até cinco anos	<u>291</u>	<u>244</u>	<u>773</u>	<u>535</u>
	<u>862</u>	<u>693</u>	<u>2.124</u>	<u>1.649</u>

Os valores presentes acima foram calculados com base na taxa de juros dos contratos de arrendamento mercantil.

18. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

	<u>Saldo inicial 2011</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Ajuste a valor presente</u>	<u>Realização 2012</u>	<u>Transferências</u>	<u>Total</u>
Circulante	<u>24.836</u>	<u>18.960</u>	<u>7.237</u>	<u>(16.226)</u>	<u>(348)</u>	<u>34.459</u>
Não circulante	<u>31.842</u>	<u>2.877</u>	<u>390</u>	<u>-</u>	<u>348</u>	<u>35.457</u>
	<u>2010</u>			<u>2011</u>		
Circulante	<u>12.328</u>	<u>(4.145)</u>	<u>656</u>	<u>(6.119)</u>	<u>22.116</u>	<u>24.836</u>
Não circulante	<u>23.699</u>	<u>26.017</u>	<u>4.242</u>	<u>-</u>	<u>(22.116)</u>	<u>31.842</u>

As taxas para cálculo do valor presente são equivalentes as taxas de mercado para os exercícios a que se referem e estão demonstradas a seguir:

- Projetos com início de provisão até 2009: 14,75% ao ano.
- Projetos com início de provisão até 2010: 12,34% ao ano.
- Projetos com início de provisão a partir de 2011: 12,62% ao ano.
- Projetos com início de provisão a partir de 2011: 8,20% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor nominal dos gastos provisionados correspondem a R\$79.633 (R\$57.057 em 31 de dezembro de 2011).

19. PATRIMONIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Representado por 205.225.063 ações nominativas ordinárias com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

b) Reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva de retenção de lucros

É constituída para a aplicação em investimentos em infraestrutura previstos no orçamento de capital, que será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

- Reserva especial para dividendo

A Companhia deverá constituir essa reserva de lucros quando tiver dividendo mínimo obrigatório a distribuir, mas sem condição financeiras para seu pagamento, situação em que se utilizará dos previstos nos § 4º e 5º do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, o qual será submetido à aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

20. RECEITAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receita de pedágio	461.314	405.972
Receitas de construção	60.628	16.661
Receitas acessórias	<u>2.724</u>	<u>2.444</u>
Receita bruta	<u>524.666</u>	<u>425.077</u>
Impostos sobre receitas	(40.143)	(35.389)
Ganhos e perdas na arrecadação	<u>22</u>	<u>32</u>
Deduções da receita bruta	(40.121)	(35.357)
Receita líquida	<u>484.545</u>	<u>389.720</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	(120.409)	(148.014)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(9.289)	(8.633)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(7.627)	(4.898)
Variação monetária sobre obrigações com poder concedente	(5.179)	(10.385)
Juros e variação monetárias sobre mútuos	(3.834)	(23.470)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(205)	-
Juros sobre impostos parcelados	(278)	(1.079)
Juros e multas sobre obrigações fiscais e sociais	-	(197)
Capitalização de custos dos empréstimos	<u>3.759</u>	<u>1.849</u>
	<u>(143.062)</u>	<u>(194.827)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.734	8.689
Variação cambial sobre financiamentos	377	466
Juros e outras receitas financeiras	<u>1.769</u>	<u>147</u>
	6.880	9.302
Resultado financeiro líquido	<u>(136.182)</u>	<u>(185.525)</u>

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política da Companhia permite a contratação de instrumentos derivativos unicamente com o objetivo de proteção das flutuações do câmbio, taxa de juros e índices de inflação, e é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não usa instrumentos derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos ou refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2012			2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Ativos:						
Aplicações financeiras	72.556	-	-	31.689	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	562	-	-	535	-	-
Contas a receber	-	2.529	-	-	924	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	29.884	-	-	26.695	-

	2012			2011		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (a)
Passivos:						
Empréstimos em moeda nacional	-	-	-	-	-	(204.754)
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(693)	-	-	(1.649)
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(50.224)	-	-	(75.017)
Financiamentos em moeda estrangeira	-	-	(1.652)	-	-	(3.346)
Empréstimos em moeda nacional	-	-	(52.568)	-	-	(283.093)
Debêntures	-	-	(1.243.785)	-	-	(934.912)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(16.435)	-	-	(9.204)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(6.009)	-	-	(7.465)
Mútuo - partes relacionadas	-	-	-	-	-	(67.528)
	<u>73.118</u>	<u>32.413</u>	<u>(1.371.366)</u>	<u>32.224</u>	<u>27.619</u>	<u>(1.586.968)</u>

(a) Valores líquidos do custo de transação

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2012		2011	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Debêntures	1.244.936	1.255.676	934.912	950.707
Empréstimos em moeda nacional	-	-	205.615	211.360

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$72.556 em 31 de dezembro de 2012 (R\$31.689 em 31 de dezembro de 2011).

Análise de sensibilidade

Apresentamos no quadro a seguir, os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias para os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de até 31 de dezembro de 2013. Os valores correspondem aos efeitos calculados para o exercício a partir da data até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro. Os cálculos foram efetuados com base na posição em aberto de cada operação, na data dessas Demonstrações Financeiras, não levando em consideração eventuais vencimentos intermediários. As taxas definidas para o cenário provável foram adicionadas, nos cenários A e B dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, definidos na referida Instrução.

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Não foram calculados valores de sensibilidade para os contratos indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Empréstimos do BNDES e Finames), uma vez que a TJLP, por ser uma taxa de longo prazo e administrada pelo Governo Federal, não está sujeita a variações relevantes de curto prazo e, portanto, não oferece riscos relevantes de elevação no contexto das operações da Companhia.

A seguir estão demonstrados os valores nominais referentes aos juros e variações monetárias sobre debêntures com taxas pós-fixadas:

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ (2)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<u>Passivos financeiros</u>						
Debêntures	Aumento do CDI	Fevereiro de 2013	829.553	(10.299)	(12.778)	(15.246)
Debêntures	Aumento do CDI	Julho de 2016	415.383	(31.554)	(39.474)	(47.406)
Total do efeito de ganho ou (perda)				(41.853)	(52.252)	(62.652)

As taxas de juros consideradas foram:

	CDI (1)	6,90%	8,63%	10,35%
(1) Refere-se a taxa de 31/12/2012, divulgada pela CETIP.				
(2) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 31/12/2012 quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.				

Além dos índices variáveis demonstrados no quadro anterior, parte dos contratos possui taxas fixas incidentes sobre o saldo atualizado, as quais também estão consideradas nos cálculos.

23. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia estão resumidas conforme a seguir:

- Riscos de Engenharia - Ampliação e melhoramentos, cobertura por obra - R\$121.514.
- Risco de Engenharia - Conservação e manutenção - R\$20.000.
- Riscos Patrimoniais /Operacionais - R\$43.840.
- Responsabilidade Civil - R\$16.500.
- Perda de receita - R\$37.619.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$164.374, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$42.500 (R\$500 por veículo), sendo R\$8.500 (R\$100 por veículo) para danos morais.

24. COMPROMISSOS VINCULADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Decorrente do direito de outorga variável

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Passivo circulante (1) e (2)	24.731	23.699	21.951	24.397
Passivo não circulante (2)	-	19.012	-	17.502
	<u>24.731</u>	<u>42.711</u>	<u>21.951</u>	<u>41.899</u>

1. Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e de 25% das receitas acessórias provenientes da utilização da faixa de domínio efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. O compromisso em 31 de dezembro de 2012 é de R\$1.068 (R\$1.217 em 31 de dezembro de 2011).
2. Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e de 25% das receitas acessórias provenientes da utilização da faixa de domínio efetivamente obtidas no período de fevereiro de 2005 a janeiro de 2007, com vencimento para pagamento de janeiro de 2012 a dezembro de 2013, em parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pelos mesmos padrões e critérios utilizados para a recomposição da equação econômico-financeira do contrato. Tal diferimento está em conformidade com o Termo Aditivo e Modificativo nº 15 do Contrato de Concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado com base na média da taxa estabelecida como retorno de capital próprio, e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro, estabelecida como de retorno do capital de terceiros. Durante exercício de 2012, a Companhia reconheceu como despesa financeira no resultado referente a ajuste a valor presente o montante de R\$5.179 (R\$2.862 em 31 de dezembro de 2011). O compromisso, em 31 de dezembro de 2012 era de R\$21.951 (R\$41.899 em 31 de dezembro de 2011).

Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2012, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2013	<u>24.731</u>	<u>21.951</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$39.480, referente ao direito de outorga variável (R\$12.672 em 31 de dezembro de 2011).

b) Compromisso com o Poder Concedente

A Companhia assumiu o compromisso de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2012, esses compromissos de investimentos estavam estimados em R\$691.651 (R\$764.239 em 31 de dezembro de 2011), a serem realizados até o final do prazo da concessão.

Composição do Conselho de Administração

Renato Alves Vale	Presidente
Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcos Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro

Composição da Diretoria

Paulo Cesar de Souza Rangel	Diretor Presidente
Rogério Lima de Sá Fortes	Diretor

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1 SP 129452/O-3